A História de Maria da Penha e o Impacto da Lei no Combate à Violência Doméstica no Brasil

Autor(res)

Leandro Do Nascimento Panzuto
Carina Aparecida Valério Dias

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

Introdução

A violência doméstica é um problema persistente, estrutural e multifacetado, que atinge milhões de mulheres em diferentes culturas, classes sociais e faixas etárias ao redor do mundo. No Brasil, esse fenômeno ganhou maior visibilidade a partir da história de Maria da Penha Maia Fernandes, cuja trajetória de dor, resistência e busca por justiça tornou-se um marco na luta contra a violência de gênero. Vítima de duas tentativas de feminicídio por parte do então marido, Maria da Penha transformou sua experiência pessoal em um símbolo de mobilização social e jurídica, pressionando o Estado brasileiro a agir de forma mais efetiva. Como resultado desse esforço, foi criada a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, considerada uma das legislações mais avançadas do mundo no enfrentamento da violência doméstica. Este artigo tem como objetivo apresentar a trajetória de Maria da Penha, ressaltar os principais marcos de sua luta e refletir sobre os impactos dessa lei na promoção da proteção das mulheres e no fortalecimento dos mecanismos de combate à violência no país.

Objetivo

O trabalho tem como objetivo narrar a trajetória de Maria da Penha, evidenciar os marcos de sua luta contra a violência doméstica e analisar o impacto da Lei nº 11.340/2006. Busca destacar como essa legislação se tornou um instrumento fundamental de proteção às mulheres e um avanço no enfrentamento da violência de gênero no Brasil.

Material e Métodos

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como base livros, artigos científicos, relatórios de organizações nacionais e internacionais, bem como publicações oficiais relacionadas à violência doméstica e à Lei nº 11.340/2006. Além da literatura acadêmica, foram analisados casos emblemáticos, como o de Maria da Penha, que se tornou símbolo da luta contra a violência de gênero no Brasil. Também foram consideradas notícias, documentos legais e exemplos práticos que ilustram a aplicação da lei, permitindo uma reflexão sobre sua efetividade e impacto social. A metodologia adotada busca articular teoria e prática, de forma a compreender a evolução histórica do tema, os desafios enfrentados pelo sistema judiciário e as estratégias utilizadas para garantir a proteção das mulheres vítimas de violência doméstica.

Resultados e Discussão

O Início da Tragédia: A Violência contra Maria da Penha

Maria da Penha Maia Fernandes foi uma mulher comum, esposa e mãe de três filhas, quando começou a viver um relacionamento abusivo com seu marido. Durante anos, ela sofreu agressões físicas e psicológicas. Em 1983, o ápice da violência ocorreu, quando seu marido tentou assassiná-la enquanto ela dormia. Ele atirou nela, o que a deixou paraplégica. Mesmo após o crime brutal, o agressor não foi punido de imediato, o que iniciou a busca de Maria da Penha por justiça.

A Luta por Justiça: Processo e Denúncia

O que aconteceu com Maria da Penha não foi um caso isolado. Muitas mulheres vivem o mesmo sofrimento sem a devida resposta do sistema judicial. Maria da Penha, no entanto, não se calou. Ela foi à luta, e seu caso tornou-se um símbolo de resistência. O processo judicial que envolveu seu agressor demorou mais de 19 anos, o que revelou a ineficiência do sistema judiciário em lidar com a violência doméstica de forma adequada. No entanto, a persistência de Maria da Penha trouxe visibilidade ao problema e gerou um movimento para a criação de leis mais eficazes no combate à violência contra a mulher.

A Criação da Lei Maria da Penha

Em 2006, após anos de luta, a história de Maria da Penha culminou com a sanção da Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como a Lei Maria da Penha. A lei estabelece medidas de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, além de punir mais severamente os agressores. Ela trouxe mudanças significativas no tratamento do tema, incluindo a criação de mecanismos para garantir a proteção imediata das vítimas, como a concessão de medidas protetivas e a possibilidade de afastamento do agressor do lar.

A Lei Maria da Penha também estabeleceu uma série de diretrizes para garantir a atuação integrada entre órgãos de segurança pública, saúde e justiça, assegurando que a mulher seja amparada de forma integral durante o processo de enfrentamento da violência. Além disso, a lei também pune a violência psicológica e estabelece penas mais rigorosas para os agressores.

Histórico: Em 2018, Dona Maria de Lourdes, uma mulher de 63 anos, sofreu repetidas agressões de seu companheiro. Ela foi vítima de violência psicológica e física, mas, com a ajuda de sua filha, conseguiu denunciar o agressor. A medida protetiva foi rapidamente aplicada, e o agressor foi impedido de se aproximar da vítima.

Impacto: Esse caso é importante porque mostra que a Lei Maria da Penha pode proteger não apenas mulheres jovens, mas também mulheres idosas. Além disso, o caso demonstra a importância de apoio familiar para romper o ciclo de violência e como a legislação pode ser uma ferramenta poderosa para proteger mulheres em todas as faixas etárias.

Conclusão

Embora a Lei Maria da Penha tenha trazido muitos avanços importantes, ainda há desafios a serem enfrentados, como a implementação mais efetiva da lei em todas as regiões do Brasil e a eliminação de barreiras culturais e sociais que perpetuam a violência contra a mulher. No entanto, a criação dessa lei foi um marco crucial para transformar a luta contra a violência doméstica em uma prioridade nacional, melhorando a vida de muitas mulheres e oferecendo-lhes um caminho para a justiça e a segurança.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Título: Lei Maria da Penha

Descrição: O texto oficial da Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, é fundamental para o entendimento das medidas legais que combatem a violência doméstica e familiar contra a mulher. Essa lei é um marco no direito

brasileiro e um instrumento crucial para a proteção das mulheres.

Referência completa: BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2006/l11340.htm

GONÇALVES, Dênis.

Título: A Lei Maria da Penha e sua Aplicação: Conquistas e Desafios

Descrição: Este livro aborda os avanços e as dificuldades na implementação da Lei Maria da Penha, analisando casos e decisões judiciais, além de refletir sobre os desafios enfrentados pelas vítimas e pela sociedade.

Referência completa: GONÇALVES, Dênis. A Lei Maria da Penha e sua Aplicação: Conquistas e Desafios. Editora Atlas, 2016.